



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO : **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO : **168566-5/05**
COMARCA : **RECIFE/PE - 1ª VARA CÍVEL**
AGRAVANTE(S) : **BANCO FINASA - BMC S/A e BRADESCO S/A**
AGRAVADO(S) : **ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

5416
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NOS PRECISOS MOLDES DO ART. 535 DO ESTATUTO DE RITO, SÓ É CABÍVEL A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NA HIPÓTESE DE TER OCORRIDO OMISSÃO A PONTO OU QUESTÃO SOBRE A QUAL DEVERIA SE PRONUNCIAR O JULGADOR, E, OU, EVENTUAIS ESCLARECIMENTOS QUANTO À OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÕES CONTIDAS NO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL, POSSIBILITANDO, AINDA, EM CARÁTER EXCEPCIONALÍSSIMO, EMPRESTAR EFEITO INFRINGENTE AO JULGADO, NA HIPÓTESE DE MANIFESTO ERRO MATERIAL OU DE MANIFESTA NULIDADE DO ACÓRDÃO, QUANDO EXISTENTE OUTRO RECURSO CABÍVEL À ESPÉCIE - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO NO JULGADO - MANEJAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, COM O FITO DE EXAMINAR MATÉRIA NÃO SUSCITADA NO SÍTIO PRÓPRIO - CONHECEU-SE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA REJEITÁ-LOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** nº 168566-5/05, interposto pela **BANCO FINASA BMC S/A** contra **ENGECOL - INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, à unanimidade de votos, de conhecer dos Embargos de Declaração, para **REJEITÁ-LOS**, determinando a sua remessa ao juízo de primeiro grau.

Recife, 05 de 11 de 2009.

Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

ÓRGÃO JULGADOR : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO : 168566-5/05
COMARCA : RECIFE/PE - 1ª VARA CÍVEL
AGRAVANTE(S) : BANCO FINASA - BMC S/A e BRADESCO S/A
AGRAVADO(S) : ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
RELATOR : Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

R E L A T Ó R I O

BANCO FINASA - BMC S/A e BRADESCO S/A, instituições financeiras, já devidamente qualificadas nos autos, por seus advogados legalmente habilitados, interpuseram os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, em face de seu inconformismo com os termos da decisão colegiada proferida por esta 3ª Câmara Cível do TJ/PE, que nos autos do Agravo de Instrumento de nº 168566-5, que fora manejado pela **ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, entendeu, por maioria de votos, de dar provimento ao referido Agravo de Instrumento.

Para melhor esclarecer a questão, destaco que o cerne da discussão travada nos autos do referido Agravo de Instrumento, dizia respeito à fixação dos contornos da sentença que serve de pano de fundo para a liquidação do julgado, donde a parte embargante defende a tese que a sentença fixara limites aos danos materiais apenas e tão-somente em relação aos problemas advindos do empreendimento caracterizado por Edf. Avelar, enquanto que a outra parte, sustenta que os danos abrangem também todos os problemas decorrentes da quebra da empresa.

047
47~

Por oportuno, passo a transcrever o acórdão lavrado nos autos do Agravo de Instrumento de nº 168.566-5, senão vejamos, verbis :

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - DANOS MATERIAIS - DECISÃO DE 1º GRAU QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A LIQUIDAÇÃO DO JULGADO, PARA AFASTAR ALGUNS ITENS DA CONDENAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MATÉRIA DE CONHECIMENTO EXAUSTIVAMENTE APRECIADA EM TODAS AS INSTÂNCIAS - COISA JULGADA - INTELIGÊNCIA DO ART. 463, INCISO I, DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL - APENAS NAS INEXATIDÕES MATERIAIS OU NA HIPÓTESE DE ERRO DE CÁLCULO É QUE SE ADMITE A ALTEARAÇÃO DO JULGADO - POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, RESTANDO PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL.

Inconformado com os termos do julgado, alegam os Embargantes que teria havido omissão em relação às questões abaixo descritas :

1) Inicialmente, o segundo Embargante, Bradesco S/A, após tecer um longo arrazoadado, afirma que não fora enfrentada a questão de sua ilegitimidade passiva "ad causam" para figurar no pólo passivo da relação processual, na medida em que em nenhum momento houvera incorporação do Banco BMC S/A pelo Bradesco, mas, apenas, a aquisição total das ações do Banco BMC S/A.

2) Num segundo momento, sustenta também que houvera omissão, na medida em que não fora abordada a questão pertinente a sobreposição dos juros de 10% (dez por cento) aplicados no laudo pericial.

Ao par de tais considerações, pugnam os Embargantes pelo recebimento dos presentes aclaratórios, atribuindo-se-lhes efeitos infringentes, de modo a serem supridas tais omissões.

É o relatório.

Recife, 05 de 11 de 2009.


SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Des. Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

ÓRGÃO JULGADOR : **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO : **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO : **168566-5/05**
COMARCA : **RECIFE/PE - 1ª VARA CÍVEL**
AGRAVANTE(S) : **BANCO FINASA - BMC S/A e BRADESCO S/A**
AGRAVADO(S) : **ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**
RELATOR : **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

VOTO DO RELATOR

O manejo dos competentes Embargos de Declaração, nos precisos moldes do art. 535 do Estatuto de Rito, têm por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão a ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar, e, ou, eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradições contidas no pronunciamento judicial, possibilitando, ainda, em caráter excepcionalíssimo, emprestar efeito infringente ao julgado, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existir outro recurso cabível à espécie.

Passando, então, a examinar as supostas omissões apontadas no julgado, ressalto que tais questões não foram em nenhum momento ventiladas por ocasião do julgamento do Agravo de Instrumento, quer seja pelo Banco BMC S/A, quando de sua contra-minuta apresentada às fls. 202/216 daqueles autos, bem como pelo próprio Bradesco S/A (veja-se contra-razões de fls. 225/231 dos autos), que igualmente não fez qualquer menção à questão de sua ilegitimidade passiva "ad causam".

048

462

049
494

Deste modo, não é possível agora admitir em sede de embargos de declaração, que surjam questões que nunca; repita-se; em nenhum momento; foram abordadas, quando do momento adequado.

É bom que se repise que a discussão travada nos autos do Agravo de Instrumento, limitou-se única e exclusivamente ao alcance e abrangência dos danos a serem suportados pelas instituições financeiras, não sendo discutida nenhuma outra questão periférica dessa natureza.

Com efeito, à luz de tais considerações, **conheço** dos presentes embargos de declaração, para **rejeitá-los** integralmente, mantendo assim incólume a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 01 de 11 de 2009.


SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Des. Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE)

O Relator rejeita os embargos de declaração.

Em discussão. Colho o voto do Desembargador Eduardo Sertório.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Acompanhei o voto de S. Exa. e me perguntava Sr. Presidente, a quando que o Tribunal poderá se modernizar. De alguma forma temos que encontrar, porque o tempo que gastamos mais uma vez em outro Embargo de Declaração.

Acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE)

O objetivo maior é talvez prequestionar.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO (RELATOR)

Não é prequestionar, é rediscutir a matéria.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE)

Ele não alega o prequestionamento?

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO (RELATOR)

Essa matéria inclusive já subiu, aqui já é execução de sentença.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE)

Mas ele não requer aí com objetivo de prequestionar?

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO (RELATOR)

Não. Ele diz aqui: Ante o exposto, espera os Embargantes sejam recebidos os presentes Embargos de Declaração, atribuindo-se-lhes efeito modificativo, na

OSL
53w



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

medida em que isso resulte no suprimento das omissões apontadas. Todavia, caso não seja esse o entendimento desse Egrégio Tribunal de Justiça, o que apenas se admite por apreço ao princípio da eventualidade, os Embargantes confiam em que as omissões apontadas neste recurso serão sanadas.

É o pedido final dele. Não pretende pré-questionar, não.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE)

Eu fui procurado inclusive por advogados, tanto de uma parte quanto da outra, em relação a esse processo, e eu fiquei com essa idéia de que os Embargos objetivavam pré-questionar.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO (RELATOR)

Nós já julgamos uns doze processos dessas duas partes, que é a Engecol e o BMC e o Bradesco.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE)

Como ambos me procuram, e eu peço a V. Exa. vênha para examinar mais esse processo, pedindo vista.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO (RELATOR)

Teria de ouvir primeiro o Desembargador Eduardo Sertório. Eu não encontrei omissão.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO (RELATOR)

Se Vossa Excelência quiser evitar levar o processo eu leio toda a petição. Não vi nada que falasse em prequestionamento, porque já está em processo de execução e, já houve recurso para o STJ. É um processo antigo.

df



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Mas não vou me opor. Para mim é um prazer que Vossa Excelência reexamine a matéria.

DECISÃO

"ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DES. MILTON NEVES, APÓS OS VOTOS DOS DESEMBARGADORES SÍLVIO BELTRÃO E EDUARDO SERTÓRIO, REJEITAREM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

3ª CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0168566-5/05

EMBARGANTES: BANCO BRADESCO S.A. e BANCO FINASA BMC S.A.

EMBARGADA: ENGECOL – INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO.

VOTO VISTA
DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

Em sessão anterior pedi vista dos autos, para uma melhor análise. Cuida-se de embargos declaratórios em que o BANCO BRADESCO S.A. levanta, como matéria de ordem pública, sua ilegitimidade passiva *ad causam*. Sustenta que não houve a incorporação do BANCO FINASA BMC S.A., e sim mera incorporação de ações nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/76, pela qual o BRADESCO passou à condição de único acionista, sendo o BMC sua subsidiária integral, o que faz com que mantenham personalidades jurídicas distintas. Em segundo ponto, a título de prequestionamento que ambos os embargantes entendem necessário ao acesso às instâncias superiores, alegam que o acórdão atacado foi omissivo quanto a *“determinadas passagens da sentença proferida no processo de conhecimento, que impõem o reconhecimento de que os danos materiais foram limitados aos prejuízos sofridos pela construtora embargada relacionados unicamente ao Edifício Avellar”* (fl. 8). Por fim, aduzem que o acórdão recorrido não se manifestou sobre a indevida inclusão dos juros fixados no laudo pericial, contrariando o dispositivo da sentença de que os juros de mora incidentes sobre o valor da condenação ao pagamento de danos materiais seriam de 6% ao ano.

A primeira questão levantada no presente aclaratório não consta das contrarrazões do BANCO BRADESCO, às fls. 225/231, sendo certo que não restou configurada a omissão no acórdão. Quanto à possibilidade de exame da questão sob o prisma da matéria de ordem pública que pode ser conhecida a qualquer tempo, de início entendi que haveria a necessidade de se estabelecer o contraditório nos embargos, em razão do pretendido efeito infringente. Ocorre que a parte embargada fez chegar às minhas mãos um memorial, que faço inserir neste encadernado juntamente com meu voto, no qual alude a uma decisão de primeiro grau sobre a arguida ilegitimidade passiva, contra a qual não houve o manejo apropriado de recurso pela parte insatisfeita, operando-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

054

a preclusão. Carreou também notícias recentíssimas de que o embargante informou ao mercado que eliminará as marcas Finasa e BMC, "*incorporadas depois de aquisições feitas pelo banco*", passando as instituições a funcionarem sob uma única bandeira mais forte, o nome BRADESCO, o que torna superado o respectivo tópico da insurgência recursal.

Em relação ao prequestionamento da matéria relativa à abrangência da condenação originária, é certo que restou inteiramente discutida e decidida no acórdão embargado, embora o posicionamento que firmei, bastante citado nas atuais razões recursais, tenha sido vencido. Não há, portanto, omissão a ser aclarada, porquanto a modalidade dos embargos declaratórios não se confunde com aqueles embargos infringentes visando a prevalência da tese minoritária.

Em relação aos juros que devem ser aplicados na liquidação da sentença, observo que a tese vencedora contida nos votos dos meus eminentes pares em nenhum momento mandou calculá-los com base na planilha de fl. 631 dos autos originários (fl. 176 do AI), mesmo porque esta se encontra, acerca dos juros, em total desalinho com o que determinara, por fim, a sentença (fl. 681 do processo, fl. 73 do AI). A parte dispositiva do acórdão, que substitui a decisão agravada, apenas manda serem observados os itens 7, 8 e 9 da referida planilha, sem dizer expressamente que acolhe os juros de 10% (dez por cento ao ano) nela colocados (fl. 295 e 311 do AI). Nesse passo, convém aclarar o que restou decidido no acórdão embargado, para excluir expressamente os juros tal como calculados na planilha, prevalecendo, assim, aqueles fixados na sentença, porquanto essa questão – friso-o – deflui do próprio julgamento reformador da decisão agravada, não havendo como a parte embargante tê-la deduzido antes disso.

Portanto, em que pese a Turma já ter rejeitado por maioria, em sessão anterior, os embargos interpostos, meu voto é no sentido de acolhê-los parcialmente, apenas para dar efeito integrativo ao acórdão no tocante à última omissão apontada, dizendo-se que os juros a serem observados são aqueles constantes da sentença, e não os da planilha elaborada pelo perito. Rejeito, todavia, o pretendido efeito modificativo, porquanto devem ser mantidas inalteradas, no mérito, as demais proposições do acórdão embargado, restando satisfeitas as exigências do prequestionamento.

É como voto.